

Bolsonarismo, eleições e polícia

O que me preocupa agora, com o enfraquecimento sistemático do presidente, é o risco de ele usar medidas populistas para manter seu apoio junto a policiais militares



Glauco Silva de Carvalho
30 de junho de 2021

ALAN SANTOS/AGÊNCIA BRASIL



O bolsonarismo tem sido hábil para identificar as lacunas de militares federais e estaduais

Desde 1986, até o findar do processo constituinte, em 1988, foi grande o debate acerca do direito de praças (subtenentes, sargentos, cabos e soldados) votarem. Uma parcela expressiva de oficiais das Polícias Militares e das Forças Armadas (incluindo também segmentos das praças) advogava a “periculosidade” de sargentos e soldados votarem. O argumento fundamental era o de que haveria inevitável politização das instituições armadas, encarregadas fossem da defesa do Estado brasileiro (Forças Armadas), fossem da segurança pública (Polícias Militares).

Os debates se avolumaram no Congresso constituinte, entre aqueles favoráveis e contrários à tese do voto extensivo a todos os integrantes das carreiras militares, federais ou estaduais. Acabou por sagrar-se vitoriosa a tese de que, sendo as praças cidadãos brasileiros, deveriam ter, igualmente, o direito de votar e de serem eleitos. Nada mais justo!

É inquestionável que, aprovada a Constituição, em 1988, um contingente enorme de “novos” eleitores entrou em cena e, também, roubou a cena. Deixaram de ser meros espectadores, assistentes, plateia e se tornaram participantes efetivos. Assumiram, efetivamente, protagonismo na política brasileira.

É evidente que, num cenário como esse, de amplas franquias constitucionais, de democracia, de liberdade de associação — em que pese a proibição de greves e sindicalização dos efetivos militares —, houve momentos de tensão e radicalização. Citem-se as greves de policiais militares em diferentes momentos nestas mais de três décadas.

Esse era o grande temor daquela geração de oficiais que se opunham ao direito de voto das praças. O receio era a perda do controle das instituições, dada a politização que poderia advir no interior dos quartéis. Apenas a título de exemplificação, nos anos 70, 80 e parte dos 90, os presidentes de sindicatos de policiais, nos Estados Unidos, tinham mais força do que os próprios comandantes das forças policiais.

Tenho para mim que, em 1964, a eclosão do golpe militar não se deveu à “infiltração comunista” no Brasil. Em que pese a existência de inúmeras organizações clandestinas marxistas, leninistas ou trotskistas que pregavam a tomada do poder pela via armada naquele período, tanto quanto movimentos populares, tenho dúvidas em atestar que tais fatos, por si só, ensejassem a tomada do poder pelos militares. A meu ver, em hipótese a ser testada, conhecendo um pouco a cultura castrense, foi a participação de João Goulart em eventos de praças, em março de 1964, que precipitou o movimento militar daquele período.

O que quero aqui dizer é que o bolsonarismo conseguiu pegar as lacunas existenciais de militares federais e estaduais para se projetar e atuar. Tenho usado este espaço para, nestes últimos meses, discorrer sobre essa penetração avassaladora de Bolsonaro, tanto nas Forças Armadas quanto nas Polícias Militares. Há questões mal resolvidas para um regime democrático, no que tange aos militares federais e estaduais. Uma das principais diz respeito à diferenciação salarial inexplicável, a meu modo de ver, entre carreiras que são similares.

A título de exemplo, cite-se a majoração de salários da Polícia Civil, realizada em 2012/2013, no Estado de São Paulo, em detrimento dos salários da Polícia Militar. Cumpre informar que a igualdade salarial fora conquistada em 1988, após 30 anos de luta. Em nenhum país sério do mundo, o policial investigativo ganha salários superiores aos salários do policial que trabalha no serviço preventivo-ostensivo. O bacharelismo é dominante, ainda, no País. A democracia, em algum sentido, não passa de mera formalidade. Veja, a esse respeito, a observância do teto salarial no País.

Não se pode descartar outros tantos fatores, como tenho aqui discorrido. Pode-se, inclusive, levantar a hipótese da existência de uma extrema-direita no interior dos órgãos do Estado. A Alemanha, apenas para citar um exemplo, instaurou inquérito, poucos meses atrás, para apurar a existência de grupos nazistas no interior da Polícia.

Neste momento, o que me preocupa deveras, com o enfraquecimento sistemático de Bolsonaro, é a possibilidade de ele usar medidas populistas para manter seu apoio junto a policiais militares e, pior, para tentar trazer esse contingente armado para que se valha em momentos de fraqueza de governabilidade, que fatalmente virão.

Em que pese parcela da imprensa e do meio acadêmico criticarem o que chamam de “aparelhamento” do Estado por militares federais e estaduais, confesso que não vejo problemas nisso. Quando o PT empregou sindicalistas e militantes partidários para tal fim, não vi semelhante crítica. Não há dúvidas de que o Estado brasileiro comporta cargos comissionados por demais, de maneira incompatível com uma democracia moderna. Mas o emprego de “dois pesos, duas medidas” por essa parte da imprensa e da academia, ao julgar fatos e atos que são semelhantes, apenas têm sinais trocados, o que só aumenta a cisão militar-civil que se arrasta por mais de século no Brasil. E é exatamente dessas cisões que o bolsonarismo se aproveita, solidificando-se e alastrando-se.

Bolsonaro, com crescente perda de popularidade, crises políticas, suspeitas de corrupção, crescimento tênue do número de mortes por Covid-19 agora no mês de junho de 2021, CPI dominada por opositoristas, ausência de pauta legislativa, enfraquecimento da governabilidade, medidas infantis (retirar a máscara de uma criança), agressão à imprensa etc. só vê a fervura de sua panela esquentar, sem se olvidar de que ela já está muito quente.

Ele vai se voltar para suas bases tradicionais: militares e evangélicos. A arma e a Bíblia serão suas alternativas. A bala, que ele sempre namorou, e a oração, que ele nunca fizera, serão sua saída. Ele não tem apreço pela institucionalidade, pela democracia, pelo respeito, pela alternância de poder, pelas franquias constitucionais, pelas liberdades públicas. É incontível em seu desiderato. O Brasil precisa separar as carreiras típicas de Estado da política. Veja a confusão em que nos metemos.

Mas ainda teremos tempo, em futuro muito breve, para corrigir rumos.

Glauco Silva de Carvalho

Bacharel em Direito (USP), mestre e doutor em Ciência Política (USP). Coronel da reserva da PMESP, foi diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Comandante do Policiamento na Cidade de São Paulo

<https://fontesegura.org.br/politica-e-policia/djbjtf7sn2>

